



ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

Pagando do próprio bolso: autofinanciamento eleitoral no Rio Grande do Sul (2012-2016)

Bruno Marques Schaefer e Tiago Alexandre Leme Barbosa

Resumo

O pleito de 2016 foi marcado pela proibição de doações de empresas. Os impactos que a alteração na legislação eleitoral ocasionou na competição política ainda precisam ser examinados. Embora a literatura sobre financiamento eleitoral tenha crescido no país, as prefeituras ainda permanecem pouco exploradas pela área. O objetivo desse trabalho é analisar como funciona a estrutura de financiamento do cargo de prefeito no Rio Grande do Sul, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral que incluem: perfil social dos candidatos (profissão, escolaridade, declaração de bens), prestações de contas até dados sobre os municípios em que o pleito acontece – tamanho do município e perfil socioeconômico. A nossa hipótese é de que as mudanças na legislação impactaram no perfil do financiamento, intensificando o autofinanciamento, especialmente em pequenos municípios. Os nossos resultados indicam que o autofinanciamento tende a ser proporcionalmente mais alto nos municípios menores e com maior população rural, bem como os candidatos mais autofinanciados são aqueles com mais bens e que não recebem recursos dos partidos via Fundo Partidário. No caso do pleito de 2016, ter se declarado empresário foi também significativo estatisticamente.

Palavras-chave: autofinanciamento eleitoral; política municipal; elites políticas; Rio Grande do Sul, riqueza e política.

Abstract

The elections of 2016 was marked by the ban of corporate political donations. The impacts of this change still need to be examined. Although literature on electoral funding has grown in Brazil, the study of town hall still remains little explored by

Sobre os autores

Bruno Marques Schaefer é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Capes. E-mail: brunomschaefer@gmail.com

Tiago Alexandre Leme Barbosa é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Capes. E-mail: tiagoalexandel@gmail.com

the area. The purpose of this paper is to analyze how the financing structure of the mayor's office in Rio Grande do Sul works, based on data from the Supreme Electoral Court (TSE), which includes the social profile of the candidates (profession, schooling, asset declaration) and even data about the cities where the elections take place: cities size and socioeconomic profile. Our hypothesis is that changes in legislation affected the financing profile intensifying the self-financing, especially in small cities. Our results indicate that self-financing tends to be proportionally higher in smaller municipalities and with a larger rural population, as well as the most self-financed candidates are those with more assets and that do not receive resources from parties through the Partisan Fund. In the case of the elections of 2016, self-declaring an entrepreneur was also statistically significant.

Keywords: electoral self-financing; town politics; political elites; Rio Grande do Sul; wealth and politics.

Artigo recebido em 30 de maio de 2019 e aceito para publicação em 3 de junho de 2019.

Introdução

A discussão sobre financiamento de campanhas eleitorais e partidos políticos é uma das mais profícuas na Ciência Política em geral. Engloba desde trabalhos que visam propor um modelo ideal de financiamento até pesquisas empíricas que comparam modelos de países distintos, seus efeitos em termos de competição política e exercício do governo (Araújo *et al.*, 2015; Krause *et al.*, 2015; Reis *et al.*, 2015; Rowbottom, 2010; Rubio, 2005; Speck, 2015; Van Biezen e Kopeck, 2007).

No caso brasileiro, até 2015, o modelo de financiamento de campanhas eleitorais e das organizações partidárias era misto: coexistiam subsídios públicos além de doações de pessoas físicas (cidadãos) e jurídicas (empresas). No referido ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu as doações de empresas para campanhas eleitorais. O plenário do STF julgou que as doações de pessoas jurídicas seriam prejudiciais ao regime democrático, pois desestabilizariam a competição eleitoral ao favorecer determinados grupos em detrimento de outros. O pluralismo, garantido constitucionalmente, seria prejudicado pela assimetria de condições financeiras entre empresas e pessoas físicas. O entendimento do STF teve como objetivo “corrigir” esta assimetria proibindo

que qualquer empresa, independente do seu porte, pudesse vir a contribuir com candidatos ou partidos (Carazza, 2018; Krause e Kestler, 2017).

Sem alongar o debate acerca dos princípios normativos que nortearam a decisão da Suprema Corte brasileira, é importante ressaltar que a literatura politológica brasileira já vinha apontando a importância dos recursos financeiros, de modo geral, e empresariais, de modo particular, no desempenho de candidatos aos diversos cargos eletivos no Brasil¹. A decisão do STF foi proferida em 2015, e no ano posterior foram realizadas eleições municipais. Com a nova regra em vigor, ou seja, sem importantes montas de recursos oriundos de empresas, os atores políticos poderiam reagir de várias formas: 1) o aumento do aporte de recursos públicos (Bolognesi, 2016; Krause e Kestler, 2017; Schaefer, 2018)²; e 2) a aposta em candidatos que poderiam se autofinanciar. Neste trabalho, nos centraremos na segunda estratégia, dada a ausência de estudos mais sistemáticos sobre o autofinanciamento em campanhas eleitorais, a partir de duas questões norteadoras: O autofinanciamento aumentou em termos proporcionais e absolutos de uma eleição para outra, com o novo regulamento legal? Quais as variáveis que explicam, ao nível das candidaturas, maiores valores de autofinanciamento?

Buscamos testar duas hipóteses acerca do autofinanciamento: em primeiro lugar, pontuamos que o montante de recursos próprios (proporcional e em valores absolutos), aumentou entre as eleições municipais de 2012 e 2016, dada a proibição de doações empresariais para as campanhas. Em segundo lugar, consideramos que variáveis sociais e políticas dos candidatos e dos municípios impactam no nível de autofinanciamento de uma campanha. Candidatos com profissões ligadas ao mundo empresarial e situadas em municípios de menor porte populacional tendem a tirar “do próprio bolso” mais recursos para suas campanhas proporcionalmente ao valor arrecadado.

Como unidade de análise, trabalhamos com dados das candidaturas a prefeito nos municípios do Rio Grande do Sul em 2012 e 2016. A escolha dessas eleições se deu pela justificativa

-
1. Para uma revisão mais completa desta literatura, conferir Mancuso (2015).
 2. Referências sobre o uso e a distribuição de recursos públicos, internamente, nos partidos políticos podem ser vistas em Schaefer (2018).

comparativa: podemos observar as prestações de contas em dois contextos distintos (2012 e 2016), no primeiro pleito ainda há autorização para doação de empresas às campanhas, e no segundo, existe a proibição. A escolha do estado em específico se justifica pelo caráter exploratório do trabalho, em que lançamos hipóteses com vias a construir um modelo que, posteriormente, poderá ser replicado em nível nacional, ou nos demais estados. Aliado a essas considerações está também o fato de que os estudos sobre o impacto do financiamento em eleições municipais ainda é um tema pouco explorado na Ciência Política brasileira (Sampaio e Figueiredo, 2019).

Para testar as hipóteses utilizamos dados oriundos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre candidaturas e prestações de contas das campanhas; além de dados sobre os municípios oriundos de órgãos oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação de Economia e Estatística (FEE). Este trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre financiamento de campanhas no Brasil, trazendo elementos para que possamos pensar o autofinanciamento, em termos teóricos; na segunda seção apresentamos o modelo e operacionalização das variáveis dependente e independente; na terceira seção discutimos os resultados e, por fim, realizamos as considerações finais.

Revisão bibliográfica: financiamento e autofinanciamento eleitoral

A literatura sobre financiamento da política no Brasil tende a concentrar a análise, de maneira geral, na: 1) investigação de quem financia candidatos e partidos (Speck, 2015), 2) quais os determinantes do financiamento eleitoral, 3) o impacto do financiamento sobre resultados eleitorais (Marcelino, 2010), 4) e se há, no exercício do mandato, “retribuição” dos eleitos para os grupos que os financiaram (Fonseca, 2017).

A questão do autofinanciamento eleitoral ainda não foi estudada de maneira sistemática em geral. Salvo possíveis exceções, não existem trabalhos no Brasil que abordem a questão do autofinanciamento enquanto problema de pesquisa específico, e

internacionalmente, nossa revisão bibliográfica encontrou apenas o trabalho de Fuchs *et al.* (2016), que trata do caso da cidade de Worcester, Massachusetts (EUA), e o trabalho de Steen (2006), que aborda as eleições primárias³ e gerais dos Estados Unidos para os cargos de Senador e Representante⁴, de 1992 a 2000⁵. Apesar de, nos Estados Unidos, os recursos próprios dos candidatos serem mais volumosos (Speck, 2010)⁶, o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática ainda é incipiente. Uma das possíveis explicações é o baixo nível de eleitos que aportam somente, ou em grande parte, recursos próprios para suas campanhas (Steen, 2006).

O caso do autofinanciamento propõe questionamentos para a democracia atual. Na questão teórica pode-se refletir sobre: 1) quais seriam os impactos de um candidato se autofinanciar na questão da representação política? E na questão histórica, em termos de comparação longitudinal; 2) o aumento do autofinanciamento, se constatado empiricamente, representa um processo de diminuição do papel dos partidos em detrimento dos indivíduos? Indivíduos que, à maneira dos nobres anteriores à profissionalização da política, possuíam recursos mais elevados que a média da população, e a partir desses exerciam as funções eletivas da política, como extensão desse mesmo prestígio social? (Duverger, 1992; Phélippeau, 2010; Weber, 2014). Ou os candidatos autofinanciados são uma realidade constante em determinados locais?

Quanto à questão teórica, os críticos do autofinanciamento das campanhas apontam ser prejudicial à democracia, pois, no que concerne à representação política, premia a segregação dos candidatos em relação ao eleitor: um rico não saberia as necessidades do

3. As eleições primárias são disputadas dentro dos partidos políticos. As primárias principais se dão no interior dos partidos Democrata e Republicano. Cada partido em cada estado define as regras de competição da disputa: se candidatos não filiados ao partido podem se candidatar e se os não filiados podem votar na escolha dos candidatos.

4. O equivalente ao cargo de deputado federal no Brasil

5. Como nos EUA as eleições para esses cargos tendem a ser de dois em dois anos, a autora trabalha com dados de candidatos de cinco eleições.

6. Como apontam Fuchs *et al.* (2016), o autofinanciamento estadunidense não possui limites legais, o que poderia constituir em um incentivo para os candidatos aportarem este tipo de recursos em suas campanhas. No caso brasileiro, um candidato pode financiar até 100% de sua campanha eleitoral, de acordo com resoluções publicadas pelo TSE nos anos de 2016 e 2018.

eleitorado, em geral, com renda mais baixa (Fuchs *et al.*, 2016). E, em termos da igualdade da disputa eleitoral, os mais ricos, com maiores condições de se financiar, acabariam por fazer a balança pesar de modo que decisões, como a do STF, não seriam suficientes para dirimir as assimetrias existentes no financiamento de campanhas (Carazza, 2018). Para os apoiadores, no entanto, o autofinanciamento é positivo, pois limita a influência do dinheiro de “fora” nas campanhas. O candidato estaria livre para agir de acordo com seus interesses e sua plataforma. Inclusive, na disputa eleitoral, os políticos que se autofinanciam tendem a usar este fato como mais uma de suas plataformas políticas a “pureza” em relação a influências externas (Carroll, 2016). São casos ilustrativos dessa estratégia, o do atual presidente dos EUA Donald Trump e o prefeito eleito de São Paulo em 2016, João Dória (PSDB). A construção da candidatura como alguém *outsider* em relação à política formal e sem vínculos financeiros tem obtido resultados, principalmente em contextos de forte desconfiança da população em relação às instituições políticas. O descrédito dos partidos como instrumentos de representação e conexão da sociedade para com o Estado é um fato bastante divulgado em pesquisas de opinião realizadas pelo mundo (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002), e no Brasil não é diferente.

É precisamente neste ponto, na relação entre candidaturas e a política formal (partidos), que se abre uma questão que deve ser ressaltada: historicamente, existe uma passagem, com o aparecimento dos partidos políticos de massa, da representação individual para a representação coletiva de interesses, principalmente no caso europeu (Duverger, 1992). Com a ampliação do eleitorado, consequente a abolição de critérios censitários de registro para o voto, o aparecimento de partidos políticos oriundos de dentro ou de fora do Parlamento marca uma era chamada por Manin (1997) de “democracia dos partidos”. Principalmente os partidos de massa, oriundos de fora do jogo político formal, acabam por adentrar ao Parlamento e integrar parcelas da população antes excluídas do governo. Há também uma mudança lentamente nos critérios de seleção das elites políticas, que passam a ser recrutadas de setores não aristocráticos da sociedade e passam a viver da política e para a política, ou seja, tornam-se profissionais. Offerlé afirma que (2004, 43, tradução nossa):

A política como profissão não apareceu de maneira espontânea. Durante muito tempo, os ocupantes dos cargos políticos eram considerados amadores ilustrados que praticavam um ócio cultivado. A visibilidade herdada e a manutenção de um circuito de clientela instituíam uma autoridade social de notáveis, que independentes economicamente e disponíveis poderiam sem especialização específica dedicar-se a tarefas representativas [...]. Os seus cargos políticos são um prolongamento do seu status social.⁷

O aumento da complexidade do processo eleitoral, com mais eleitores para serem arregimentados, a necessidade de organizações locais dos partidos, bem como o financiamento de pesquisas demandavam estruturas anteriormente inexistentes. Este processo descrito por Offerlé não é unívoco nem linear. Em distintos países, ou mesmo em regiões específicas dentro de um país, a política enquanto extensão do capital social anterior ainda é presente, ainda que os partidos acabem por se tornar as organizações que detêm o monopólio legal da representação via eleições (Panebianco, 2005), principalmente quando se comparam a socialização e o recrutamento de elites políticas nos partidos de esquerda e direita (Marengo dos Santos e Serna, 2007). Para estes, o recrutamento lateral ou horizontal de elites é mais recorrente do que o recrutamento vertical. Ou seja, os políticos da direita tendem a converter capitais anteriormente conquistados em capital político, tendo vínculos muito menos orgânicos para com as legendas partidárias, enquanto os políticos de esquerda tendem a ter uma carreira mais sólida no interior de sua organização, e não migram de uma legenda a outra.

No caso brasileiro, estudos clássicos sobre poder local, como *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal [1948] (1975), apontavam para a existência de fenômenos de sobreposição simultânea entre mudanças legais: aumento do sufrágio e adoção de um

7. No original: “La política como profesión no aparece espontáneamente. Durante largo tiempo, los ocupantes de los cargos políticos se consagran como aficionados ilustrados practicando un reposo cultivado. La notoriedad heredada y el mantenimiento de un circuito de clientela fundan la autoridad social de notables quienes, económicamente independientes y disponibles, pueden, sin especialización particular consagrarse a tareas de representación [...]. Sus cargos políticos no son más que la prolongación de su estatus social.”

sistema eleitoral “moderno” e manutenção de estruturas econômicas arcaicas, o que vincularia e tornaria indiferenciada a representação de interesses privados e públicos. Isso seria evidência da política tradicional, em contraposição à política dita moderna, pluralista ou poliárquica. Como boa parte da literatura destaca, em municípios, estados ou regiões com menor desenvolvimento econômico, menores níveis de urbanização e/ou maior concentração de renda (e terra), determina-se que, mesmo com a alteração formal dos regimes políticos, as regras de disputa se mantenham as mesmas, ou venham a se alterar em ritmo mais lento (Avelar; Walter, 2008; Marengo dos Santos, 2013). No contexto descrito por Leal (1975, 46), o aspecto do autofinanciamento de campanhas, perdoado o anacronismo, é ressaltado quando este escreve: “[...] é de praxe que os candidatos também contribuam, assumindo, alguns, pesadas responsabilidades financeiras para disputar a cadeira desejada”. Tal qual o caso francês analisado por Phélippeau (2010), em que a política constituiria, em meados do século XIX, uma atividade de extensão do prestígio social dos atores que a praticavam:

[...] No campo político os notáveis são, por excelência, “amadores”. Ocupam-se de negócios públicos porque sua situação de fortuna e sua profissão dão tempo e porque, em virtude do caráter cumulativo das escalas de prestígio, sua superioridade social faz deles representantes “de fato” de sua comuna ou de seu cantão, os auxiliares “naturais” dos ministros e dos príncipes. (Phélippeau, 2010, 192)

Como não existia a necessidade de arregimentar eleitores, ou pedir votos para extratos sociais inferiores, as campanhas tendiam a ser mais baratas. O aporte de valores poderia sair do próprio bolso dos notáveis. Alterações na composição do eleitorado, porém, mudam o jogo, ao menos em termos estratégicos. Enquanto novas elites emergem, os notáveis têm de se adaptar a uma disputa eleitoral mais “competitiva”. Não eram mais os auxiliares naturais do Estado, e agora deveriam fazer valer seu poder econômico no distrito ao qual buscariam representar. No caso brasileiro, a literatura tem encontrado conclusões distintas acerca do controle que os partidos teriam sobre a seleção de candidatos, e como esses estariam se financiando (Campos, 2009). De um lado, pesquisas têm apontado que os partidos são canais de financiamento político, construindo listas informais de preferências (Freitas

e Guarnieri, 2018; Schaefer e Barbosa, 2017), de outro há maior ceticismo quanto a esse controle (Kinzo, 2004; Mainwaring, 1991).

Podemos testar, como apontaremos na próxima seção, em quais cidades é maior a incidência de candidatos que se apresentam às eleições com maior capacidade ou interesse de se autofinanciar, e a partir de quais partidos: se existe, nesse caso, maior incidência de candidatos dispostos a tirar dinheiro do próprio bolso em campanhas de pequenos municípios do que em grandes; e se outras variáveis possuem impacto no nível proporcional de autofinanciamento. Como apontado pela literatura anteriormente citada, o aspecto ocupacional do político tende a incidir sobre a capacidade de se autofinanciar. Profissionais liberais e empresários possuem maior capital econômico do que professores e operários, por exemplo. Esse teste, porém, não seria conclusivo no que se refere ao “dia após as eleições”, ou seja, se dado candidato, que se autofinancia, governa de forma diferente de outro, com vínculos financeiros mais permeabilizados na sociedade: com o seu próprio partido, ou partidos da coligação, outras pessoas físicas e/ou empresas. Nesse sentido, a partir dessa inferência, não se pode testar como se governa, mas como se selecionam as elites políticas, e observar as diferenças entre essas elites de acordo com a situação socioeconômica dos municípios em que competem.

Fatores como a urbanização e a industrialização estão correlacionados à erosão de estruturas de dominação tradicional na política (Avelar e Walter, 2008; Hagopian, 1986). Não há, no entanto, um consenso sobre o que seria a “dominação” tradicional. Enquanto para alguns poderia ser operacionalizada a partir da ideia de dominação política não estruturada pelo Mercado (Hagopian, 1986, 26), ou seja, por regras claras e testificadas em lei; para outros poderia ser operacionalizada pela perpetuação eleitoral de partidos ditos tradicionais e/ou conservadores (Avelar e Walter, 2008), ou mesmo a partir do cálculo do estoque de cargos políticos distribuíveis pelo chefe político local (Marengo dos Santos, 2013)⁸. A manutenção

8. Marengo dos Santos (2013) também utiliza dados acerca da administração municipal como proxy para a medida da profissionalização da gestão pública, bem como informações acerca da legislação municipal, como Plano Diretor, Lei do Solo e outros. Os municípios com muitos cargos de confiança disponíveis, ou seja, sem grande profissionalização da máquina burocrática, bem como sem

do poder político por parte de uma elite tradicional, que pode até circular em termos ocupacionais (“o fazendeiro que se torna bacharel”, nas palavras de Leal), é um sinal de existência de clivagens do tipo interior/capital, ou urbano/rural. Nas palavras de Avelar e Walter (2008, 98):

Configurações regionais relacionadas com localização (capital/interior), porte e qualidade de vida nos municípios nos informam sobre a natureza da competição política sobre continuidades e mudanças, sobre valores políticos, etc.

O autofinanciamento eleitoral pode ser considerado uma variável de análise da política vista enquanto tradicional, no que se refere à seleção das elites políticas. Os candidatos que possuem recursos próprios para financiar suas próprias campanhas não têm, via de regra, obrigações para com grupos sociais específicos e/ou partidos. Este tipo de representação nobiliárquica, ou plutocrática, em termos de financiamento seria – por hipótese – mais comum em municípios pequenos, com maiores taxas de pessoas vivendo em áreas rurais, e onde o dinheiro dos partidos não chegaria. Em outras palavras, aliado a questões das características e capitais mobilizados pelos candidatos, há também que se considerar a estrutura socioeconômica do município onde concorrem os candidatos. Na próxima seção, trataremos de descrever o modelo de análise.

Modelo de análise

O Rio Grande do Sul possui 497 municípios. A variação em termos populacionais desses municípios é grande, sendo que o menor, André da Rocha, possui 1.216 habitantes e o maior, a capital Porto Alegre, possui quase 1,5 milhão de habitantes, segundo dados do Censo de 2010. Em termos de formas de ocupação dos municípios, também os valores são dispersos, com municípios com alta concentração da população em áreas rurais, e outros que nem as possuem, como Cachoeirinha, Alvorada e

legislações importantes, seriam mais permeáveis à dominação política de tipo tradicional.

Canoas, todas cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Quinto maior colégio eleitoral do país, o estado possui pouco mais de oito milhões de eleitores. Em 2012, esses eleitores escolheram entre 1.167 candidatos ao cargo de prefeito e, em 2016, entre 1.258 (Brasil, 2016). Trabalhamos com os dados referentes às prestações de contas desses candidatos que estavam disponíveis no sítio eletrônico do TSE. Estas, no repositório de dados, discriminam as fontes de recursos que alimentam as candidaturas. Os tipos de receita são classificados como provenientes de pessoas físicas, jurídicas, doações de partidos políticos, repasses de outros comitês e/ou candidatos, além dos recursos próprios⁹. Os valores de recursos próprios constituem nossa variável dependente (Y). Enquanto o teste da primeira hipótese considera o volume geral de recursos de um pleito e de outro, para testarmos a segunda rodamos os dados tendo como unidade de análise as candidaturas em 2012 e 2016.

Para efeitos de normalização dos testes, consideramos o percentual de recursos próprio em relação ao total da campanha arrecadado na campanha. Ou seja, se determinado candidato arrecadou R\$ 10.000,00, sendo que deste montante R\$ 2.000,00 saíram de seu próprio bolso, o valor do autofinanciamento foi de 20%. Optamos por considerar esta medida em vez dos valores absolutos, dada a discrepância de gastos em campanhas segundo o tamanho dos municípios.

As variáveis independentes de nosso modelo se referem a dois conjuntos de informação: dos candidatos e dos municípios. Em relação às informações dos candidatos, analisamos profissão, partido ao qual está filiado, gênero e escolaridade. No que toca aos dados sobre os municípios, são observadas as taxas de população rural nos municípios, desigualdade de renda, renda média, nível de competição política e porte do município.

No Quadro 1, representamos o modelo de análise, com os atributos, características e variáveis, com seus indicadores e natureza.

9. Existem também os valores provenientes de doações pela internet, rendimentos de aplicações financeiras e recursos de origens não identificadas, que, em nível estatístico, são insignificantes, por isso os desconsideramos para a análise.

Quadro I – Modelo de análise (teste de hipóteses)

Atributos	Características	Variáveis	Indicadores	Natureza
Candidaturas	Sociais	Profissão	Empresário	Dicotômica
			Político	Dicotômica
		Gênero	Mulher	Dicotômica
		Escolaridade	Superior completo	Dicotômica
	Bens	Valores	Contínua ¹⁰	
	Políticas	Partido	Esquerda	Dicotômica
		Coligação	Sim	Dicotômica
Recursos do fundo partidário		Sim	Dicotômica	
Municípios	Sociais	População rural	% População rural	Contínua
		Desigualdade social	% da Renda apropriada pelos 10% mais ricos e índice de Gini	Contínua – Fator
		Renda média	Taxa de ocupação de pessoas com 18 anos ou mais e IDH municipal	Contínua – Fator
		Porte	Micro	Dicotômica
	Políticas	Competição política	NEP Eleição anterior	Contínua

Fonte: dados de Avelar e Walter (2008), Codato *et al.* (2013), Hagopian (1986) e Offerlé (2004).

10. Todas as variáveis contínuas foram “dicotomizadas” para o teste de regressão linear. O critério adotado foi dividir os valores a partir de quartis, sendo que o quartil superior foi classificado como 1 e os demais como 0. No caso dos bens, por exemplo, consideramos que os candidatos com mais bens são aqueles que estão no quartil superior da distribuição da amostra.

Profissão: Em termos da profissão dividimos a amostra dos dados em dez categorias de ocupação, segmentadas de maneira indutiva; uma das estratégias possíveis de classificação, conforme apontado por Codato *et al.* (2014). Consideramos que os candidatos que se autodeclararam empresários (rurais ou urbanos) têm maior probabilidade de bancar suas campanhas em detrimento de ocupantes de outras profissões (Fuchs *et al.* 2016; Steen, 2006). Ao contrário, os candidatos que se autodeclararam políticos terão menor aporte de recursos próprios em suas campanhas. Como diversas pesquisas apontam, agentes já inseridos no campo político têm acesso a recursos oriundos de outras fontes – empresas, pessoas físicas e partidos –, o que torna o autofinanciamento menor (Carazza, 2018). Segundo Araújo *et al.* (2015), quanto maior capital político, maior a probabilidade de o candidato acessar recursos oriundos de empresas. No caso de transferências de partidos, um estudo anterior demonstrou que as organizações partidárias tendem a alocar recursos em incumbentes e não desafiantes no caso brasileiro (Schaefer e Barbosa, 2017).

Gênero e Escolaridade: A vasta literatura aponta que a representação política não é um espelho fidedigno da sociedade em termos de gênero, sexualidade, raça/etnia, ocupação profissional, escolaridade e/ou classe social (Campos, 2015; Dahl, 1997; Mitchell, 2009). Usando os termos de Gaxie (2012), a representação política seria, na realidade, uma pirâmide invertida da sociedade. Em nosso caso, consideramos que as variáveis gênero e escolaridade possuem efeitos negativo e positivo, respectivamente, no autofinanciamento eleitoral. Em outras palavras, as candidatas à prefeitura no Rio Grande do Sul tendem a ter menor capacidade de utilizar recursos próprios, bem como os candidatos (e candidatas) com ensino superior possuem a tendência contrária.

Bens: Nossa hipótese é que candidatos com maior patrimônio tendem a financiar proporcionalmente suas campanhas mais do que candidatos com patrimônios menores. Esses dados, no entanto, são polêmicos e utilizados em raras exceções em pesquisas da Ciência Política (Codato *et al.*, 2013), porque, como autodeclarados, podem ser subestimados. Estudo recente que trata dessas autodeclarações como objeto de pesquisa (Souto-Maior e Borba, 2019) aponta que, de modo geral, os bens declarados pelos candidatos tendem a ser verídicos quando se referem a moradias e veículos,

mas subestimados quando se referem a ativos bancários. Em nosso caso, tratamos de utilizar o valor absoluto dos bens autodeclarados, não discriminando o tipo de bem, de modo que mesmo que possam existir informações subestimadas, os resultados finais, dado o volume de dados, não sejam alterados.

Esquerda: Consideramos que os candidatos filiados a partidos de esquerda tendem a ter um aporte menor de recursos próprios. Dadas as distintas formas de recrutamento no espectro ideológico (Marengo dos Santos e Serna, 2007), pontuamos que os candidatos “esquerdistas” são mais dependentes de doações partidárias e/ou contribuições de pessoas físicas. Os partidos de esquerda, afinal de contas, tendem a ter menos empresários e profissionais liberais, ocupações com maiores rendimentos e maior disponibilidade de aporte de recursos.

Coligação: Os candidatos que competem eleitoralmente dentro de uma coligação têm menos incentivos a investir dinheiro do próprio bolso na campanha.

Dinheiro do Fundo Partidário: Consideramos que os candidatos que receberam recursos dos partidos políticos via Fundo Partidário têm menor tendência de se autofinanciar. Essa hipótese está vinculada à ideia de que os candidatos com menores níveis de autofinanciamento são aqueles mais “atendidos” financeiramente por seus partidos.

Em termos dos atributos relativos aos municípios, tal como conceituamos, a ideia é que em locais com maior porcentagem da população rural, com maior desigualdade social, com menor renda média, com menores populações e competição política tenha maiores percentuais de doações próprias às candidaturas. A ideia que subsidia estas hipóteses foi abordada por alguns dos trabalhos já citados (Avelar e Walter, 2008; Hagopian, 1986). Em termos de operacionalização dos indicadores, tratamos de tornar dicotômicas as variáveis contínuas. Dessa forma, consideramos os valores gerais de nossa população no que concerne às taxas de ruralidade, de desigualdade social, de renda média e de competição política, rodamos as frequências estatísticas e dividimos as variáveis a partir do quartil superior, como destacado. Assim, os municípios foram divididos em: 0 – menor taxa de ruralidade, menor desigualdade social, maior renda média e maior competição política; e 1 – maior taxa de ruralidade, maior desigualdade social, menor renda média e menor competição política (menor número efetivo de partidos

na Câmara de Vereadores)¹¹. Em termos do porte dos municípios, adotamos o critério de Avelar e Walter (2008, 101)¹², dividindo os municípios em quatro categorias: “[...] micromunicípios (até 10 mil habitantes), pequenos (de 10 mil a 19,9 mil), médios (de 20 mil a 99,9 mil) e grandes (100 mil habitantes ou mais)”. Por hipótese, consideramos que, nos micromunicípios, os valores percentuais de autofinanciamento tendem a ser maiores do que nos demais municípios¹³. Na próxima seção trataremos da análise dos resultados.

Análise de resultados

Primeiro tratamos de apresentar os dados de maneira descritiva, para observar algumas tendências e comparações entre os pleitos de 2012 e 2016. A campanha de 2012 custou o total de R\$ 102.014.767,09¹⁴ entre 1.167 candidaturas (média de R\$ 87.416,25). A campanha de 2016 custou R\$ 62.874.578,37 entre 1.225 candidaturas (média de R\$ 50.219,31). Ou seja, houve uma queda geral de mais de 38% dos recursos envolvidos nas campanhas para prefeitura, fruto do estabelecimento de teto financeiro para as candidaturas, bem como a proibição de doações de pessoas jurídicas. Os recursos próprios somaram em 2012 o valor de R\$ 17.551.655,02, enquanto em 2016 o valor foi de R\$ 19.882.326,32, crescimento real de mais de 13,27% em termos absolutos. Em termos relativos, considerando somente cada pleito, os recursos próprios representaram nesse mesmo período 14,12% do total gasto, enquanto em 2016 foram mais de 30,89% do total. O crescimento em termos proporcionais foi mais elevado. Os dados do Gráfico 1 indicam também maior aporte nas campanhas de recursos oriundos de pessoas físicas.

11. Os valores de desigualdade social e renda média foram construídos a partir de quatro indicadores: percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos da população do município, índice de Gini, Taxa de ocupação da população com mais de 18 anos e IDH renda municipal, todos dados colhidos do Censo de 2010 do IBGE e da FEE. A partir dessas informações realizamos um teste de análise fatorial para reduzir os quatro indicadores em dois fatores, conforme dados na Tabela 1.

12. Por sua vez, foi retirado do IBGE.

13. Os dados descritivos da distribuição de valores das variáveis estão disponíveis na Tabela 1.

14. Valor corrigido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), disponível no sítio eletrônico da Receita Federal, no período entre 2012 e 2016.

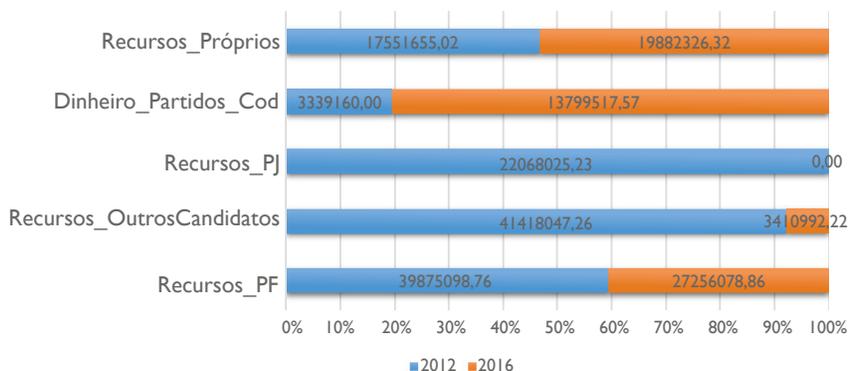


Gráfico I – Financiamento das eleições municipais (2012-2016)

Fonte: TSE (2018).

Convém neste momento comparar os casos entre os partidos políticos, de modo a observar quais que passam a se tornar mais dependentes desses recursos. Há um padrão de aumento da dependência dos partidos em relação aos recursos próprios e doações oriundas de pessoas físicas¹⁵. No entanto, o grau desta dependência é variável se analisamos os dados de maneira sincrônica –entre partidos– e diacrônica – entre pleitos. É quase geral o aumento proporcional de recursos, ou seja, o percentual específico de cada forma de doação considerando o total das campanhas. No que concerne aos recursos próprios, não houve aumento absoluto de recursos próprios entre os pleitos nos casos de DEM, PPS, PSC, PSOL, PT, PTB e PV. Sete dos 29 partidos. Esta diminuição parece ter sido compensada pelo acréscimo na doação de pessoas físicas. É importante observar que houve partidos que não competiram em uma ou outra eleição, como PROS, REDE, Solidariedade, PEN, PMN, PRP, PSDC e PSL. O aumento proporcional de recursos próprios foi quase geral: apenas PPL, PRB e PSOL não tiveram maior incidência de recursos próprios em termos proporcional. Ou seja, em quase todos os partidos o percentual de recursos próprios sobre o total arrecadado na campanha subiu de um pleito para outro (Tabela 1).

15. Na Tabela 1 deste texto há informações por partido.

Tabela I – Recursos próprios dos partidos para o cargo de prefeito no RS (2012-2016)

Partido	2012		2016		Crescimento absoluto (%)	Crescimento proporcional (%)
	Recursos próprios	% Recursos próprios	Recursos próprios	% Recursos próprios		
DEM	308472,31	15,58	286517,48	40,31	-7,12	158,69
PC do B	39567,50	0,57	100400,00	32,08	153,74	5525,94
PDT	2801137,95	8,83	2872969,80	33,60	2,56	280,41
PEN	0,00		2853,00	42,56		
PHS	70224,00	67,75	0,00		-100,00	
PMDB	4163525,86	27,07	4946629,39	40,00	18,81	47,77
PMN	0,00		7591,00	20,84		
PP	3193869,93	18,52	4126692,50	36,18	29,21	95,41
PPL	15950,82	89,56	35263,00	82,75	121,07	-7,60
PPS	324115,56	27,50	269125,81	60,33	-16,97	119,42
PR	4788,00	1,90	14783,85	4,70	208,77	147,41
PRB	21806,53	7,80	107043,38	3,57	390,88	-54,26
PRP	3726,66	100,00				
PROS	0,00		6150,00	19,01		
PSB	728794,91	13,03	1200208,67	32,48	64,68	149,27
PSC	72783,44	60,52	5450,00	77,86	-92,51	28,65
PSD	113872,35	27,80	410094,66	55,09	260,14	98,16
PSDB	1180723,79	19,38	1755127,26	21,64	48,65	11,65
PSDC	0,00		0,00	0,00		
PSL	0,00		0,00	0,00		
PSOL	110507,39	28,97	38960,22	7,34	-64,74	-74,67
PSTU	3261,16	2,06	7137,00	10,14	118,85	392,45
PT	3000271,67	9,97	2175480,55	27,57	-27,49	176,64
PTdoB	0,00		3220,00	100,00		
PTB	1342064,80	22,18	1286587,63	23,52	-4,13	6,06
PTN	11108,27	6,09				
PV	41082,12	64,36	34188,83	88,52	-16,78	37,54
REDE	0,00		49780,00	42,56		
SD	0,00		140072,29	65,81		

Fonte: TSE (2018).

No Gráfico 1 expomos os dados gerais dos pleitos de 2012 e 2016. Agora tratamos do teste do modelo descrito na seção anterior. Optamos por realizar um teste de regressão linear múltipla para perceber o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes, sendo estas últimas contínuas e as primeiras dicotômicas. Na Tabela 2, mostramos os dados tendo em vista a variável dependente como percentual do valor arrecadado via autofinanciamento.

Os dados expostos no modelo de 2012 na Tabela 2 demonstram que 5 das 13 variáveis testadas possuíram significância estatística, enquanto 7 das 13 variáveis testadas no modelo de 2016 possuíram efeito estatisticamente significativo. Quatro variáveis são significativas nos dois modelos: Bens, Recursos do Fundo Partidário, População Rural elevada e Candidatura realizada em micromunicípio. Ou seja, os valores percentuais de recursos próprios despendidos na campanha eleitoral variaram conforme a presença ou ausência desses atributos nos dois pleitos. Em 2012, os recursos de autofinanciamento foram proporcionalmente menores para os partidos de esquerda, o que não é significativo para o caso de 2016. Nesse caso, o fato de ser mulher e concorrer em municípios mais desiguais impactou negativamente no percentual de recursos próprios, enquanto a autodeclaração de ocupação empresarial impactou positivamente.

Nos micromunicípios, os candidatos tendem a aportar mais 18,16% e 16,72%, respectivamente, de recursos próprios do que os candidatos de outros municípios. Os candidatos já inseridos no campo político aportaram, em média, uma quantia estatisticamente insignificante em suas campanhas quando comparados com as demais ocupações. A direção do efeito não é a esperada para o pleito de 2016.

No Gráfico 2, expomos os dados das médias de autofinanciamento dos candidatos eleitos de 2012 e de 2016, tendo como comparação o porte do município. A média tende a aumentar na medida em que diminui a população. No caso de 2012, as médias são 0,55% de autofinanciamento para os candidatos eleitos em grandes municípios; 11,17% em médios municípios; 23,69% nos pequenos municípios; e 48,19% nos micromunicípios. No caso de 2016, os valores são 9,89%, 26,38%, 48,98% e 63,07%, respectivamente. Ou seja, há um aumento proporcional da dependência de recursos próprios dos candidatos eleitos entre os dois pleitos.

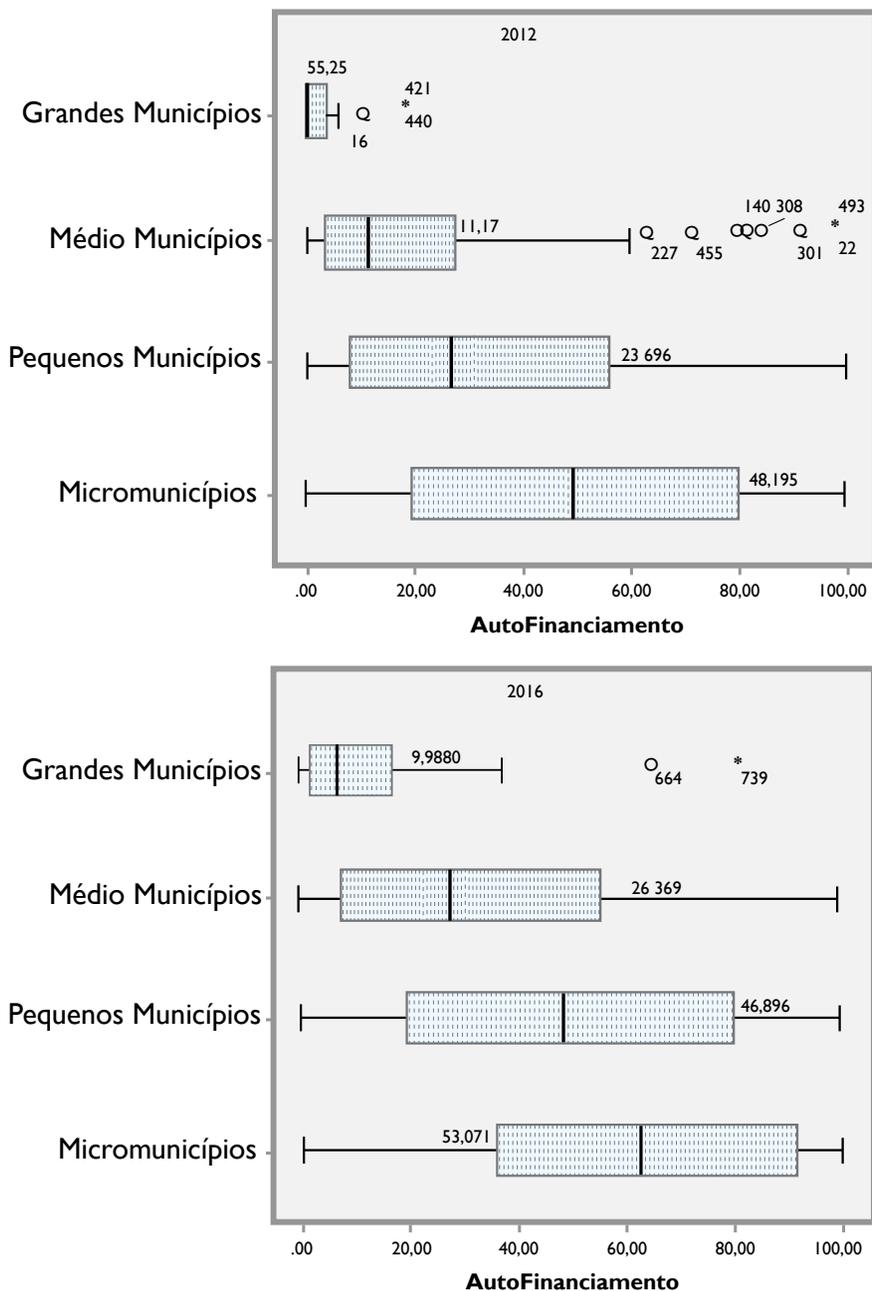
Tabela 2 – Regressão linear percentual de autofinanciamento¹⁶

		2012		2016	
		B	Sig	B	Sig
Atributos das candidaturas	(Constante)	29,395	,000	42,073	,000
	Empresário	3,837	,111	5,551	,017
	Político	-,563	,817	1,326	,577
	Gênero	-5,030	,118	-13,001	,000
	Escolaridade	-3,497	,081	2,509	,199
	Bens	10,328	,000	12,569	,000
	Esquerda	-3,869	,045	-1,521	,433
	Coligação (Sim)	-,838	,748	-,999	,667
	Recursos FP	-8,812	,000	-10,509	,000
	Atributos dos municípios	População rural	5,710	,013	4,492
Desigualdade		,702	,748	-5,769	,006
Renda média		-2,747	,186	1,215	,550
Micromunicípio		18,165	,000	16,727	,000
NEP		3,470	,097	-,998	,630

Fonte: TSE, IBGE, FEE (2018).

16. Modelo 2012. Valor de R²: 0,417; Valor de R² ajustado: 0,171; Modelo 2016. Valor de R²: 0,419; Valor de R² ajustado: 0,176.

Gráfico 2 – Média de recursos próprios (%) entre todos os candidatos eleitos (de 2012 e 2016)



Fonte: TSE, IBGE, FEE (2018).

Discussão

A análise dos dados confirma nossa primeira hipótese e deixa questões em aberto no caso da segunda. De fato, o aporte de recursos próprios aumentou de forma absoluta e proporcional das eleições de 2012 para 2016. A decisão do STF de proibir doações empresariais acarretou mudanças nas formas de financiamento das campanhas no caso do Rio Grande do Sul, mas não seria arriscado afirmar que esse panorama se repete em outros estados e mesmo em nível nacional (Krause *et al.*, 2019). No caso da segunda hipótese, por mais que possamos observar que as variáveis testadas, em sua maioria, tiveram o efeito esperado, mesmo que em alguns casos não foi significativo estatisticamente, os valores merecem maior análise.

Como ressaltado anteriormente, duas características da seleção de elites políticas podem explicar o fenômeno do autofinanciamento: De forma endógena, as características dos candidatos; e de forma exógena, as características dos municípios onde competem eleitoralmente. Candidatos – homens – com ocupações empresariais e/ou com alto patrimônio acumulado tendem a gastar mais do próprio bolso proporcionalmente para financiar suas campanhas, mas esse resultado é mediado pelo local no qual estão inseridos. Ou seja, o fenômeno parece não ser marcado por maior empreendedorismo na política, com candidatos muito ricos disputando eleições em grandes municípios, mas é um traço característico da competição em municípios de pequeno e micro porte. A política nesse nível, mesmo que se alterem os partidos vencedores (Avelar e Walter, 2008; Borges, 2008; Marengo dos Santos, 2013), tende a ser disputada entre elites com alto poder de se autofinanciar, ou seja, converter capital econômico em político (Bourdieu, 2011; Offerlé, 2004). Esse alto poder é proporcional às condições estruturais do município em que se disputa o pleito. O capital proveniente de outras fontes pareceu não chegar até esses locais, sendo que os partidos concentraram seu dinheiro em disputas localizadas em grandes cidades, onde o peso do capital político por si próprio parece influir mais – proporcionalmente – nos orçamentos das campanhas (Araújo *et al.*, 2015). Em 2016, os políticos de profissão, nesses contextos, receberam recursos dos seus partidos, partidos das coligações e pessoas físicas, o que parece explicar o menor nível de engajamento financeiro do próprio bolso.

Em suma, essa passagem histórica ressaltada pela literatura entre uma política baseada na extensão do prestígio social e econômico para uma diversificação das formas de financiamento e recrutamento social não é homogênea ao longo do território mesmo de um estado, nosso caso o Rio Grande do Sul.

Considerações finais

O objetivo do trabalho foi observar o padrão de financiamento das campanhas à prefeitura do Rio Grande do Sul, em dois contextos distintos. No pleito de 2012, a legislação partidária não proibia doações de empresas. Por sua vez, em 2016 a disputa é marcada pela ausência das empresas enquanto financiadoras. Os achados da pesquisa, ainda que preliminares, sugerem pistas para o funcionamento da competição eleitoral no estado.

Primeiro, observamos que aumentou o número de candidatos que se autofinanciaram. Esse tipo de recurso representou 30,89% dos gastos em 2016. O fenômeno é mais recorrente em micromunicípios. Candidatos que eram empresários também têm mais chances de financiarem as próprias campanhas, ao passo que candidatos políticos conseguem mais recursos de outras fontes. Em termos teóricos, isso pode sinalizar que os agentes já inseridos no campo político tendem a dominar os recursos desse campo (Offerlé, 2004).

Historicamente, o Brasil é lembrado pela dependência dos partidos políticos ao Estado (Souza, 1976). Esses resultados sinalizam outro sentido da competição política, na qual candidatos com mais recursos financeiros tiram do próprio bolso para participar da competição. Esse fenômeno era encontrado tradicionalmente nos inícios da competição política, dominada por nobres e notáveis (Phélippeau, 2010; Weber, 2014), mas que vêm se tornando um fenômeno recente, como nos casos do presidente dos EUA, Donald Trump, e do então prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB). É muito cedo para afirmar quais são as consequências do ponto de vista da representação política e do funcionamento de governos de políticos notáveis.

As nossas conclusões nesse trabalho servem como um ponto de partida para investigações futuras em outros contextos regionais ou ainda em outros cargos: deputados federais, estaduais, etc. Uma análise que contemple todas as dimensões da competição eleitoral (nos três níveis da Federação) pode lançar pistas sobre o

funcionamento dos partidos políticos, e de quais são as possíveis alterações em marcha na disputa eleitoral. Isto é, se podemos estar caminhando para a “volta” do notável em detrimento da figura do político profissional (se é que algum momento desapareceu), ou mesmo se a tão criticada dependência dos partidos do Estado estaria se enfraquecendo.

Referências

- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. (2002). Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, vol. 8, n. 2, p. 137-157.
- ARAÚJO, V. et al. (2015). Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha. *Teoria e sociedade*, vol. 2, n. 23, vol. 2, p. 126-157.
- AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. (2008). Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 1, p. 96-122.
- BOLOGNESI, B. (2016). Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, vol. 3, n. 11, p. 1-15.
- BORGES, A. (2010). Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia Política*, vol. 18, n. 35, p. 167-188.
- BOURDIEU, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2016). *Candidaturas*. Disponível em: [<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais?busca=2016>]. Acesso em 16 set. 2018.
- CAMPOS, M. M. (2009). *Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CAMPOS, L. A. (2015). Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Raça e recrutamento político nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (2012). *Dados*, vol. 57, n. 2, p. 689-719.
- CARAZZA, B. (2018). Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARROLL, L. (2016). *Is Donald Trump self-funding his campaign? Sort of*. Disponível em: [<http://www.politifact.com/truth-o-meter/statements/2016/feb/10/donald-trump/donald-trump-self-funding-his-campaign-sort/>]. Acesso em 20 maio 2018.

- CODATO, A. *et al.* (2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, vol. 20, n. 3, p. 346-362.
- CODATO, A. *et al.* (2013). Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer XIV*, n. 2.
- DAHL, R. (1997). Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- DUVERGER, M. (1992). *Los partidos políticos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- FONSECA, T. do N. (2017). Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições. *Revista de Sociologia Política*, vol. 25, n. 61, p. 31-49.
- FREITAS, A.; GUARNIERI, F. (2018). Neoinstitucionalismo na pós-Constituição de 1988 e as duas visões sobre os partidos políticos no Brasil. In: HOLLANDA, C. *et al.* *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Editora UFPR.
- FUCHS, J. *et al.* (2016). Self-Financing in Worcester, Massachusetts. *PSCI, Money and US Politics*, v. 235.
- GAXIE, D. (2012). As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165-208.
- HAGOPIAN, F. (1986). *The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil*. Ph.D (Thesis) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.
- KINZO, M. D. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n. 54, p. 23-40.
- KRAUSE, S. *et al.* (2015). Gonçalves. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 247-272.
- KRAUSE, S.; KESTLER, T. (2017). Sistemas eleitorais: um diálogo comparado Brasil e Alemanha. *Cadernos Adenauer XVIII*, n. 4.
- KRAUSE, S. *et al.* (2019). Die brasilianische Präsidentschaftswahl 2018: Ein neues Paradigm der Finanzierung Anti-Politik und Soziale Netzwerke. *Zeitschrift für Parteienwissenschaft*, v. 25, p. 94-110.
- LEAL, V. N. (1975). *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense.
- MAINWARING, S. (1991). Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 29.
- MANCUSO, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia Política*, vol. 23, n. 54, p. 155-183.

- MANIN, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARCELINO, D. (2010). *Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.
- MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, p. 93-113.
- MARENCO DOS SANTOS, A. (2013). Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, vol. 19, n. 1, p. 1-20.
- MITCHELL, G. (2009). Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. *Opinião Pública*, vol. 15, n. 2, p. 273-305.
- OFFERLÉ, M. (2004). *Los partidos políticos*. Santiago: LOM Ediciones.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PHÉLIPPEAU, E. (2010). Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva.
- REIS, B. P. W. *et al.* (2015). Modelos de financiamento de sistemas eleitorais e partidários: notas de pesquisa para o desenvolvimento de estudos comparados. *Teoria & Sociedade*, n. 23.2, p. 193-227.
- ROWBOTTOM, J. (2010). *Democracy distorted: wealth, influence and democratic politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RUBIO, D. F. (2005). Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos vs. fundos privados. *Novos Estudos*, n. 73, p. 6-16.
- SAMPAIO, D.; FIGUEIREDO, D. (2019). Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 88, p. 1-25.
- SOUZA, M. do C. C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega.
- SCHAEFER, B. (2018). *As lógicas de distribuição do fundo partidário: centralização e nacionalização nos partidos brasileiros (2011-2015)*. Dissertação (Mestre em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SCHAEFER, B.; BARBOSA, T. A. L. (2017). A opção pelos insiders: o financiamento como variável para o entendimento do campo político. *Revista Conversas e Controvérsias*, vol. 4, n. 1, p. 28-48.
- SOUTO-MAIOR, C. D.; BORBA, J. A. (2019). Consistência na declaração de bens dos candidatos nas eleições brasileiras: ficção ou realidade? *Revista de Administração Pública*, vol. 53, n. 1, p. 195-213.

- SPECK, B. W. (2010). O financiamento da política nos Estados Unidos. Uma aproximação descritiva. *Estudos e Análises de Conjuntura*, n. 2, Observatório dos Estados Unidos.
- _____. (2015). Recursos, partidos e eleições: o papel do financiamento privado, do Fundo Partidário e do horário gratuito na competição política no Brasil. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- STEEN, J. (2006). *Self-financed candidates in congressional elections*. Ann Arbor: University of Michigan.
- VAN BIEZEN, I.; KOPECK, P. (2007). The State and the parties: public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. *Party Politics*, n. 13, p. 235-54.
- WEBER, M. (2014). *Escritos políticos*. São Paulo: Editora Martins Fontes.